



**VOZES INDÍGENAS EM FORMAÇÃO DOCENTE
E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS CEARENSE**

Suzenilson da Silva Santos

Aluno do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira - UNILAB

E-mail: mkindio@gmail.com

Roberto Kennedy Gomes Franco

Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

E-mail: robertokennedy@unilab.edu.br

Resumo

Inspirados pelo materialismo histórico-dialético, problematizaremos como tem sido a inserção de indígenas nos cursos das universidades públicas brasileiras. Para tanto, metodologicamente, utilizaremos da história de vida profissional das professoras e professores indígenas, que, entre outras coisas, conscientemente reivindicam o direito ao trabalho docente indígena, ou seja, pela retomada do protagonismo de uma educação escolar com os povos indígenas e não para os povos indígenas. Especificamente, nos interessa a experiência universitária formativa de trabalhadoras e trabalhadores docentes indígenas nas licenciaturas interculturais indígenas LII PITAKAJÁ e LII KUABA, ambos ofertados pela Universidade Federal do Ceará, e ainda, as experiências dos cursistas que adentraram nos cursos regulares da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB. Contraditoriamente, mediante as análises das vozes indígenas em formação docente, percebeu-se formas diversas de discriminações étnico-racial práticas nos espaços acadêmicos de caráter colonial/capitalista/racista das universidades públicas no território cearense.

Palavras-chave: Indígenas. Universidade. Discriminação Étnico-Racial.

Introdução

Racismo é por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio dos sinais, tais como cor da pele, tipo de cabelo, ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças humanas superiores e inferiores.

Nilma Lino GOMES, 2005, p.48

O texto emerge de nosso desejo em problematizar as narrativas de indígenas em formação para o trabalho docente, que tiveram na base de sua formação o ingresso em uma Universidade Pública no território cearense. Particularmente, existem dois cursos de licenciatura intercultural indígena – temporários de nível superior específico para indígenas, o LII PITAKAJÁ, que abrange as cinco etnias no estado: Pitaguary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo Kanindé e Anacé e o LII KUABA – Licenciatura Intercultural



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Indígena “Lugar de Conhecimento” que abrange as etnias Tapeba, Anacé, Pitaguary, Jenipapo Kanindé, Tremembé, Kanindé, Potiguara, Kalabaça, Kariri, Gavião, Tabajara, Tubiba Tapuia, Jucá e Tupinambá.

Especificamente, nos interessa a experiência universitária formativa de trabalhadoras e trabalhadores docentes indígenas na luta consciente contra a subalternidade da cultura indígena no currículo escolar de caráter colonial/capitalista/racista. Contraditoriamente, mediante as análises das vozes indígenas em formação docente, percebeu-se formas diversas de discriminações étnico-racial práticas nos espaços acadêmicos das universidades públicas no território cearense.

Para tanto, objetiva-se analisar interseccionalmente as categorias Classe, Etnia e Raça, tendo em vista que a interação que os indivíduos estabelecem com o saber e a posição que ocupam nas relações de produção da existência, determinam seu lugar de classe na sociedade e interferem radicalmente nas relações étnico-raciais.

Temos como plano de fundo para esta análise a legislação educacional específica para a EREER no cotidiano escolar, tais como a Lei 10.639/2003; Res. n.1/2004; Lei 11.645/08 e Lei n. 12.288/2010, entre outros textos acadêmicos e/ou de movimentos sociais, que politicamente, impuseram alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB no 9.394/96, determinando para o currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Desenvolvimento

Inspirados pelo materialismo histórico-dialético, problematizaremos a necessidade das universidades públicas brasileiras de caráter colonial/capitalista/racista, mediante o ingresso de estudantes indígenas, em forjar a circularidade de estudos relacionados a transversalidade da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), ou seja, de uma práxis educativa engajada na luta contra a discriminação étnico-racial, evidenciando o lugar ancestral das cultura indígena na construção da história do Brasil.

Para tanto, metodologicamente, nos utilizaremos da história de vida profissional das professoras e professores indígenas, que, entre outras coisas, conscientemente reivindicam o direito ao trabalho docente indígena, ou seja, pela retomada do protagonismo de uma educação escolar com os povos indígenas e não para os povos indígenas, de uma escola construída horizontalmente.



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Para o movimento indígena, politicamente, a garantia de uma educação escolar específica, diferenciada e intercultural, passa necessariamente pelo cumprimento da Legislação Escolar Indígena, onde tem-se assegurado que o professor tem que ser indígena. Então, isto quer dizer que, a reivindicação política pelo direito ao trabalho docente indígena, reafirma a compreensão de “que o próprio educador deve ser educado” (MARX, 2002) pelo mundo físico da natureza e social da cultura indígena.

Retrospectivamente, até meados da década de 1990, o acesso dos povos indígenas no Brasil ao ensino superior foi uma questão basicamente ausente das pautas de organizações e principalmente pelo governo e/ou universidades. Fato também de não existir uma discussão em torno de uma formação para os próprios indígenas em que viesse contribuir para uma atuação mais concludente em seus projetos e comunidades locais, mesmo que naquela época já existisse indígenas adentrando a universidade, mais ainda não com uma proposta de formação específica e diferenciada.

A demanda do movimento indígena brasileiro por educação superior remete principalmente ao ano de 2003 quando o então único órgão do governo que atendia essas demandas era a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) a qual existia uma coordenação de educação escolar indígena ao qual ao longo dos anos perdeu forças e até mesmo foi extinta.

Ao longo dos anos no Brasil a educação superior indígena passou a ser muito mais reivindicada pelo movimento indígena, tendo uma grande ênfase então no governo de Luís Inácio Lula da Silva principalmente com a construção de alguns projetos e ações que vieram a contribuir muito fortemente nessa ação para a política de educação superior para os povos indígenas, mesmo que ainda tivessem algumas críticas feitas a esses projetos e ações por não terem sido realizadas sua institucionalização, o que poderíamos pensar como também já uma negação preconceituosa aos direitos dos povos indígenas.

No estado do Ceará essa conquista vem se dando gradativamente ao longo dos anos através da entrada dos indígenas na universidade seja pelas licenciaturas interculturais indígenas em que se inicia em meados de 2009 ou com a entrada de indígenas nos cursos de graduação regular de algumas universidades neste estado. Entretanto, cabe uma reflexão, ou seja, como tem sido a reação da sociedade não índia ao ver os indígenas aqui no estado dentro da universidade?

Posto isso, propomos analisar o tema deste trabalho para mostrarmos como são as múltiplas formas de racismo e discriminação racial que sofremos ao adentrar nas



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

universidades aqui no estado do Ceará, para entender por que ouvimos ao entrar na universidade: **E EXISTEM AINDA ÍNDIOS NO CEARÁ? VOCÊ É ÍNDIO? O QUE OS ÍNDIOS FAZEM NA UNIVERSIDADE?**

Hegemonicamente, a historiografia escrita referente ao Brasil/Ceará narra a invisibilidade do sujeito histórico indígena nesse território. O ensino da temática indígena na Educação Básica e Superior, previsto inclusive na Lei Nº 11.645/2008, tornando obrigatória a temática indígena em sala de aula, é um projeto ainda a ser concretizado. Os livros didáticos ou possuem um hiato explicativo da situação indígena ou narram o total desaparecimento/esquecimento do índio mediante a explicativa de uma exterminação completa na qual houve aculturação e mestiçagem. De fato, para a História Oficial, ufanista dos colonizadores, com raras exceções, o lugar da memória-histórica das diversas etnias que habitavam e ainda habitam o território que hoje categorizamos como Brasil é inexistente, esquecido/silenciado.

A ideologia observada é a da negação ao direito à existir dos povos indígenas desde a invasão deste território e produzir a invisibilidade, pois:

A invisibilidade dos índios no Ceará está relacionada com a situação dos grupos indígenas em todo o Nordeste, os primeiros a serem alcançados pela expansão colonialista, dentre os quais muitos foram considerados extintos e aculturados. (RATTS, 1996, p.5).

Contribui contundentemente para esta invisibilidade da existência indígena no Ceará, o famoso trecho em que o presidente da província José B. C. Figueiredo declara que.

Já não existem aqui índios aldeados ou bravios. Das antigas tribus de Tabjaras, Cariris e Potiguaris, que habitavam a província, uma parte foi destruída, outra emigrou e o resto constituiu os aldeamentos da Serra da Ibiapaba, que os Jesuitas no principio do seculo passado formaram em Villa Viçosa, S. Pedro de Ibiapina, e S. Benedicto com os índios chamados Camussis, Anacaz, Ararius e Acaracú, todos da grande família Tabajara. Com a extinção dos Jesuitas, que os governavam theocraticamente, decahiram esses aldeamentos, e ja em 1818 informava um ouvidor ao governador Sampaio que os indios iam-se extinguindo na Ibiapaba, onde tinham aqueles religiosos um celebre hospicio no lugar denominado Villa Viçosa, que com os outros acima indicados abrangem a comarca deste nome. E nelles que ainda hoje se encontram maior número de descendentes das antigas raças; mas andam-se hoje misturados na massa geral da população.



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Para sentirmos essas ações de impactos da sociedade para com os indígenas analisamos as experiências de entrada nas universidades dos povos indígenas do estado do Ceará e quais os impactos isso tem causado para vermos as diversas manifestações de Racismo e discriminação racial que tem se tido nesse processo.

Neste contexto, temos a Licenciatura Intercultural Indígena dos Povos: Pitaguary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo Kanindé e Anacé – LII PITAKAJÁ, é um curso temporário vinculado ao Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará. Foi discutido de forma participativa no ano de 2005 quando lideranças e representantes das etnias participantes iniciaram coletivamente um processo de reivindicação, comunicação, discussão e deliberação acerca da possibilidade de estabelecer a criação de um curso indígena de graduação a nível superior em uma universidade pública no estado do Ceará.

Durante quatro anos os indígenas realizaram toda uma discussão e somente no primeiro semestre do ano de 2009 esse tão sonhado momento tornou-se realidade. Após muitos debates oriundo das reuniões, seminários e encontros, vem a ser aprovada a solicitação de implantação de uma Licenciatura Intercultural junto ao CEPE e CONSUNI na Universidade Federal do Ceará e ao MEC, entretanto dentre os vários meios burocráticos o mesmo só teve início em agosto de 2010.

A licenciatura que envolve cinco povos tendo uma dinâmica de aulas de rodizio onde é realizada uma etapa em cada aldeia (tempo comunidade) e uma no campus universitário (tempo escola), nas aldeias são realizadas nas escolas diferenciadas com a parceria das comunidades locais, mais para vermos essa diferença de dinâmica vejamos abaixo o relato de um cursista ao ter o seu primeiro contato universitário no campus de Sobral (Cidade do interior do estado do Ceará onde existe um campus da Universidade Federal do Ceará) ao observar o papel da UFC e a presença dos indígenas,

A UFC enquanto instituição, carrega um longo legado de excelência e competência na educação superior no Ceará, porém junto com esse legado ela traz um histórico elitista onde somente pessoas de classe alta, burgueses, estudavam na instituição, somente ao longo do tempo e pelas políticas de cotas veio se quebrando esse tabu, porém até hoje permanece uma herança ruim, onde ainda se vê preconceito com alunos indígenas dentro da UFC, observo isso em especial nos cursos de ciências exatas... enquanto PITAKAJÁ tivemos uma vivência bem interessante quando fomos a Sobral e realmente foi nítido o preconceito dos cursistas, não somente dos cursistas mais da cidade como um todo, mostrando o preconceito que ainda existe com os indígenas que adentram na universidade e isso tem se manifestado muito no contexto da UFC”.



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

(Fala de Antônio Josuelo Aprígio de Souza, aluno Kanindé do LII PITAKAJÁ – 2ª Turma).

O curso é intercultural protagonizando a promoção da interdisciplinaridade, o que poderíamos pensar numa ligação maior entre população local que tem seu contato com os graduandos indígenas, mais como podemos ver na comunidade de Sobral e em seu entorno universitário ainda existe a prática de racismo contra os alunos indígenas pois como podemos ver o mesmo “manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos, podendo atingir níveis extremos como a violência, agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos”. (GOMES, 2005, p.52).

Na atualidade na Universidade Federal do Ceará – UFC existem dois cursos de licenciatura intercultural indígena – temporários de nível superior específico para indígenas, o LII PITAKAJÁ que já está em sua segunda turma desde 2018 que abrange as cinco etnias no estado: Pitaguary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo Kanindé e Anacé com 50 (Cinquenta Cursista) e o LII KUABA – Licenciatura Intercultural Indígena “Lugar de Conhecimento” que abrange as etnias Tapeba, Anacé, Pitaguary, Jenipapo Kanindé, Tremembé, Kanindé, Potiguara, Kalabaça, Kariri, Gavião, Tabajara, Tubiba Tapuia, Jucá e Tupinambá.

Emerge deste contexto nosso desejo em problematizar as manifestações explícitas e implícitas de racismo no âmbito da formação docente indígena na universidades públicas do estado do Ceará,

Frente a esta realidade, o que observamos é que a sociedade envolvente não assimila os povos indígenas com a devida dignidade e respeito a diversidade cultural, isso fica bem evidente quando tratamos dos indígenas no ensino superior, pois as pessoas ainda produzem e reproduzem racismo sobre as minorias excluídas nesse país.

São comentário do tipo, **“VOCÊS NÃO DEVERIAM PERMANECER NAS SUAS ALDEIAS PARA NÃO PERDEREM SUA CULTURA? POR QUE VOCÊS ANDAM VESTIDOS COMO GENTE NORMAL?”**

Essas foram às primeiras barreiras encontradas no primeiro contato com o campus universitário do Benfica em Fortaleza, durante quase toda a formação docente indígena no chamado tempo escola na Universidade Federal do Ceará quando os mesmos passaram a frequentar fisicamente aquele espaço.



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

A sociedade que ali estava por sua grande maioria e que permanecem até os dias de hoje desconhece os indígenas do Ceará, parece-nos que o papel instituído pelo estado de integralizar os povos nativos ao restante da sociedade pelo menos em negar o conhecimento sobre esses povos tem sido crucial ao longo dos anos, mesmo tendo como base a ensino da Lei 10.639/03, e posteriormente a Lei 11.645/08 que inclui no currículo das escolas o ensino da temática afro e indígena, mais pelo que deixa transparecer é que nem tão pouco a escola regular e nem muito menos a universidade se esforça para aprimorarem esses conhecimentos por parte dos alunos no enfrentamento dessa forma de desconhecimento que conduz a uma prática do racismo e do preconceito contra os povos indígenas nos dias atuais.

Além dessas manifestações racistas visíveis vindas por parte do mundo acadêmico, tiveram embates e retrocessos muito graves em relação ao direito do aluno indígena na Universidade Federal do Ceará, por inúmeras vezes o movimento indígena tentou dialogar com a pró-reitoria de Graduação para que a reitoria pudesse assinar a carta/termo de compromisso da bolsa permanência junto ao ministério da educação para que os discentes indígenas pudessem ter a oportunidade de participar, também lhes dando condições para aprimorarem nos seus estudos, mais até os dias de hoje, apesar da Universidade Federal do Ceará ter assumido as duas licenciaturas interculturais LII PITAKAJÁ e LII KUABA “Lugares de Conhecimento” até o presente momento não se manifestou a apoiar os indígenas nessa questão, já que seria um dever da universidade e um direito dos alunos. Como podemos verificar essa também é uma forma de racismo institucional pois o racismo,

Implica Práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo estado, ou o seu apoio indireto. Estas práticas racistas manifestam-se também nos livros didáticos, na presença de personagens, imagens deturpadas e estereotipadas dos envolvidos”. (GOMES, 2005, p.52).

Mais essa luta travada com a instituição é cruel, principalmente o contato com a universidade e o mundo que ela tem, vejamos abaixo o relato de uma discente da licenciatura KUABA e o que ela tem sentido com essa entrada no meio acadêmico da UFC,

Sim na realidade se formos parar pra pensar tem sim. Não muito no KUABA em relação as aldeias porque nosso curso acontece nelas. Mais quando se fala em ir para a UFC ou outras universidades ocorre sim. Principalmente em relação as nossas roupas e jeito de falar. Enfim ainda



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

olham pra gente com aquele olhar... torto. Em relação a nossa fala. Porque muitos ainda criticam o nosso modo de falar. Porque embora nós seja universitários e professores aqui e acolá falamos ainda como nossos antepassados. Na maioria das vezes quando chego lá alguns dos alunos de lá me olha torto. Eles não falam nada. Não xingam. Mais o olhar diz tudo. Outros, porém que se identificam com a causa indígena se aproximam, conversam tentam saber alguma coisa. Enfim. Pra falar a verdade infelizmente a gente nunca espera nada de bom. Apenas desejaria que todos se respeitassem que houvesse o respeito de alguns em relação aos indígenas e as culturas diferentes. Porque afinal se estão estudando devem conhecer a realidade de vários povos né?
(Ivonês Bernardo- Discente do Curso LII KUABA).

De forma complementar, temos a fala de Rildelene Santos, do povo Kanindé, estudante da UNILAB-CE, ao comentar que,

No começo me tratavam como tratavam os outros, ao longo do tempo que fui apresentando trabalho sobre nós e mim apresentei como Kanindé, só os mais próximos sabiam porque mim identifiquei com esses colegas ... mais tinham outras que eram bem chatas mesmo, que quando mim apresentei para todos como indígena eles ficavam perguntando: e onde você mora tem escola? Como você se formou? Lá tem casas normais ou vocês moram em ocas? E aí eu falei, na minha aldeia tem escola sim, eu estudei toda a minha vida na escola indígena, passei pelo ENEM e hoje estou aqui com vocês que pagaram pra estudar.

Como podemos observar, são relatos de formas diversas de discriminações étnico-racial praticadas nos espaços acadêmicos da universidades públicas brasileira colonial/racista/capitalista.

Entretanto, apesar destes aspectos contraditórios, de disputa política que existe na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB/CE, destacamos a entrada de alunas e alunos indígenas nos diversos cursos de Graduação regular e Mestrado, por meio de editais específicos, são vagas ociosas desta instituição que são oferecidas aos povos indígenas por meio de alguns critérios diferenciados, como o processo seletivo voltado a questão específica destes povos.

Essa ação de interiorização da UNILAB tem feito com que muitos indígenas tenham entrado na Graduação, como também em cursos de mestrado, mais ainda mesmo com toda essa abertura, ainda existe muito a ser construído quando se fala em construir uma ideologia contra o racismo e contra a descriminalização racial, mais muito se tem feito para esse problema ser amenizado.



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

É importante enfatizar que mesmo a UNILAB tendo sua excelência em querer e poder interiorizar o processo educativo na região, ainda travamos muita luta dentro desse espaço universitário, pois não são todos os institutos que aderiram a essa abertura do diálogo aos povos indígenas sobre os editais específicos, ainda existe, setores da própria Unilab que não quer diálogo com a questão indígena e nem quilombola, o que tem feito com que a nossa luta dentro desse espaço universitário seja a cada dia mais comprometido com a causa dos povos. Nestes sentido, contamos com o importante apoio do GEPI (Grupo de Estudos com Povos Indígenas)¹ e do COESI (Coletivo Estudantes Indígenas da Unilab) e também da SEPIR (Setor de Igualdade Racial da Unilab).

A expectativa do movimento indígena e de todos que tem um posicionamento contrário ao racismo, ou seja, a favor da luta anti-racista é de construir uma realidade social e um país mais justo e mais digno para que os grupo sociais e étnico raciais que tem em seu histórico a descriminalização, possam ser a transformação social e tenhamos uma vida com um projeto de bem viver.

Considerações finais

Como abordado ao longo do texto, infelizmente, apreendemos pelos vozes indígenas em formação docente, discriminação étnico-racial prática nos espaços acadêmicos de caráter colonial/capitalista/racista das universidades públicas no território cearense.

Esta é a face perversa da inserção dos indígenas no mundo universitário, chegando com força às nossas vidas. Vivemos um cenário de ataque aos povos indígenas, ao direito à cultura. No contexto das universidades públicas cearense, frente às denúncias, fica a pergunta: qual a solidariedade possível dos estudantes, professores, e técnicos-administrativos, e ainda, da gestão superior Universidade dessas universidades?

Efetivamente que ações podemos articular contra mais este ato autoritário de discriminação étnico-racial praticado nos espaços universitários que evoca em seus

¹ O GEPI (Grupo de Estudos com os Povos Indígenas), é criado em 2016, decorrente da demanda interna de discentes e docentes e da demanda externa reivindicada pelo movimento indígena. Trata-se de coletivo interdisciplinar de professoras e professores, alunas e alunos da UNILAB, sendo seus membros: Prof.^a Dr.^a Andréa Yumi Sugishita Kanikadan, Prof.^a Dr.^a Caroline Farias Leal Mendonça (líder do grupo), Prof.^a Dr.^a Fernanda Aparecida Domingos Pinheiro (vice-líder do grupo), Prof. Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes e o Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.



Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

princípios os valores humanos mais belos possíveis, mediante uma educação das relações étnico-raciais, engajada com a emancipação dos excluídos e subalternizados pela sociabilidade colonizadora do Capital pouco interessada com as condições de vida e/ou trabalho de pobres, negros, índios, mulheres, lgbtqi+`s...?

Referências

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Brasília: MEC, 2006.*

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista:** caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. 2000.

RATTS, A. J. P. **Os povos invisíveis:** Territórios negros e indígenas no Ceará. P.35 a 65, 1996.

ENTREVISTAS:

Entrevista realizada com Antônio Josuelo Aprígio de Sousa em 23 de maio de 2019, por Suzenilson da Silva Santos.

Entrevista Realiza com Rildelene Santos Silva em 25 de Maio de 2019, por Suzenilson da Silva Santos.

Entrevista com Ivonês Bernardo da Silva em 27 de Maio de 2019, por Suzenilson da Silva Santos.